



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

Anexo

31 Dezembro de 2022

g. Am. \$
P. Jano
MP. S

Índice

1	Identificação da Entidade	4
1.1	Denominação da entidade	4
1.2	Sede social	4
1.3	Natureza da atividade	4
1.4	Denominação e sede social da entidade-mãe imediata	4
1.5	Denominação e sede social da entidade-mãe final.....	4
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	4
2.1	Referencial Contabilístico	4
2.2	Derrogações	5
2.3	Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis.....	5
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	5
3.1	Principais politicas contabilísticas	5
3.1.1	Bases Gerais de Mensuração	5
3.1.1.1	Bases de Apresentação	5
3.1.1.2	Politicas de reconhecimento e Mensuração	7
3.1.2	Outras políticas contabilísticas.....	12
3.1.3	Principais pressupostos relativos ao futuro	12
3.1.3	Principais fontes de incerteza das estimativas.....	13
3.2	Alterações nas politicas contabilísticas	13
3.3	Alterações nas estimativas contabilísticas	13
3.4	Correção de erros de períodos anteriores	14
4	Ativos Fixos Tangíveis	15
5	Ativos Intangíveis	16
6	Inventários.....	17
7	Rendimentos e Gastos.....	17
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	18
9	Benefícios dos empregados.....	19
10	Acontecimentos após data de Balanço	20
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
12	Outras Divulgações.....	20

12.1 Outras contas a receber	20
12.2 Diferimentos.....	21
12.3 Caixa e Depósitos Bancários.....	21
12.4 Fundos Patrimoniais.....	21
12.5 Fornecedores.....	22
12.6 Estado e Outros Entes Públicos.....	22
12.7 Outras Contas a Pagar	23
12.8 Subsídios, doações e legados à exploração.....	23
12.9 Fornecimentos e serviços externos.....	23
12.10 Outros rendimentos e ganhos.....	24
12.11 Outros gastos e perdas.....	24
12.12 Resultados Financeiros.....	24

1 Identificação da Entidade

1.1 Denominação da entidade

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO – NIPC 503553573

1.2 Sede social

Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7 4455-469 Perafita

1.3 Natureza da atividade

Entidade privada sem fins lucrativos, de cariz religioso e cujo objetivo é dar apoio social a crianças e idosos.

1.4 Denominação e sede social da entidade-mãe imediata

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe imediata.

1.5 Denominação e sede social da entidade-mãe final

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO não tem empresa-mãe final.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 09/03. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015 de 23/07 – Códigos de Contas específico para as entidades do setor não lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria nº 220/2015 de 24/07 – Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às Entidades do Setor Não Lucrativo



2.2 Derrogações

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 Contas do Balanço e da Dem.Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis

As Demonstrações Financeiras são comparáveis em todos os aspectos com as do período anterior, com a ressalva da situação apresentada na nota 3.3 – Alteração nas estimativas contabilísticas.

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras encontram-se descritas de seguida:

3.1.1 Bases Gerais de Mensuração

3.1.1.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e

gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



3.1.1.2 Políticas de reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 a 25 anos
Equipamento básico	6 a 10 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	1 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Instituição revê anualmente a vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3 anos
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição e correspondem às verbas pagas ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) pelos novos contratos de trabalho. Estes valores servem para fazer face a eventuais indemnizações pagas aos trabalhadores.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Instituição adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto e médio prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Subsídios e apoios ao governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como

rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda de imparidade. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, serão tratados como subsídios não reembolsáveis.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a receber.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Rérito

O rérito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rérito a reconhecer é deduzido do montante estimado e devoluções, descontos e outros abatimentos.

3.1.2 Outras políticas contabilísticas

Nada a referir

3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade. As perspetivas existentes para o futuro e para a

continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato,

3.1.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis. Os eventos futuros podem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospectiva.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Nada a referir

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

Alterações nas estimativas contabilísticas

a) Natureza da alteração

Decorrente do alargamento de 20 para 30 anos do período de duração do direito de superfície do prédio urbano situado na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto – Estrutura ERPI, concedido pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Mamede de Perafita, foi alterada a estimativa de vida útil do respetivo edifício de 15 para 25 anos, dado que o edifício só começou a ser utilizado e, consequentemente, depreciado no exercício de 2015. Esta alteração teve também impacto na imputação dos subsídios ao investimento associados à construção do mencionado edifício.



b) Quantia do ajustamento relacionado com o período corrente

A alteração da vida útil estimada referida teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras do período:

Descrição	Vida útil estimada	Vida útil revista	Impacto nas depreciações
Estrutura ERPI	15 anos	25 anos	62.423,10
Imputação subs. invest			49.147,54

Esta alteração também terá impacto nas demonstrações financeiras dos períodos seguintes.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores

Nada a referir

*peça
jornal
S*

4 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022				
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações
Custo					
Edifícios e outras construções	3 165 688,37 €	82 791,43 €			
Equipamento básico	386 875,52 €	7 869,06 €			
Equipamento de transporte	62 056,64 €				
Equipamento administrativo	157 147,39 €				
Outros Ativos fixos tangíveis	43 572,73 €				
Investimentos em Curso	951,52 €	37 521,31 €			
Total	3 816 292,17 €	128 181,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € 3 944 473,97 €
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	1 476 509,26 €	160 635,89 €			
Equipamento básico	348 159,05 €	31 174,68 €			
Equipamento de transporte	62 056,62 €				
Equipamento administrativo	140 217,63 €	8 127,24 €			
Outros Ativos fixos tangíveis	36 638,72 €	4 638,29 €			
Total	2 063 581,28 €	204 576,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € 2 268 157,38 €

Descrição	2021				
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações
Custo					
Edifícios e outras construções	3 093 431,10 €	72 257,27 €			
Equipamento básico	378 424,27 €	8 451,25 €			
Equipamento de transporte	62 056,64 €				
Equipamento administrativo	157 147,39 €				
Outros Ativos fixos tangíveis	43 572,73 €				
Investimentos em Curso		951,52 €			
Total	3 734 632,13 €	81 660,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € 3 816 292,17 €
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	1 320 473,01 €	156 036,25 €			
Equipamento básico	317 825,73 €	30 333,32 €			
Equipamento de transporte	62 056,62 €				
Equipamento administrativo	132 090,39 €	8 127,24 €			
Outros Ativos fixos tangíveis	32 000,48 €	4 638,24 €			
Total	1 864 446,23 €	199 135,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 € 2 063 581,28 €

Em 28/04/09, através de escritura pública, a Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de S. Mamede de Perafita concedeu ao Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto um direito de superfície pelo período de 15 anos, sobre um prédio, sua propriedade.

Até ao exercício de 2018, as depreciações dos edifícios abrangidos por esse direito de superfície, foram calculadas e registadas com base na taxa determinada para o período de duração do mesmo.

Em 27/12/19, igualmente por escritura pública, foi aditado o período de duração do referido direito, de 15, para 25 anos.

Com base no alargamento do prazo, no exercício de 2019, foi revista a taxa de depreciação que vinha a ser utilizada para cálculo das respetivas depreciações, conforme referido na nota 3.3.

5 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	9 505,67 €					9 505,67 €
Total	9 505,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 505,67 €

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		15 308,79 €		15 308,79 €	
Total	0,00 €	15 308,79 €	0,00 €	15 308,79 €	0,00 €

Descrição	2021				
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	CMVMC	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		19 068,33 €		19 068,33 €	
Total	0,00 €	19 068,33 €	0,00 €	19 068,33 €	0,00 €

7 Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1 059 541,65 €	1 005 040,34 €
Juros	10,14 €	41,97 €
Total	1 059 551,79 €	1 005 082,31 €

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo		
ISS, EP-Centro distrital	748 890,68 €	688 983,19 €
Outros subsídios	15 556,61 €	11 241,26 €
Total	764 447,29 €	700 224,45 €
Apoios do Governo		
Subsídio para a construção do lar de idosos POPH	631 005,04 €	714 365,08 €
Câmara Municipal de Matosinhos	299 382,56 €	332 407,40 €
Donativos particulares	91 078,66 €	96 436,18 €
Para outros investimentos:		
NORTE 2020	96 853,16 €	55 503,79 €
Câmara Municipal de Matosinhos	172 308,61 €	172 285,26 €
Total	1 290 628,03 €	1 370 997,71 €

Subsídios do Governo

Os subsídios à exploração registados nos exercícios de 2022 e 2021 respeitam aos montantes recebidos do Instituto da Segurança Social no âmbito da atividade social do Centro Padre Ângelo, em todas as suas valências, e encontram-se relevados como rendimentos do exercício (Nota 12.9).

Apoios do Governo

Os subsídios recebidos do Governo, estão a ser reconhecidos como rendimentos na mesma proporção das amortizações registadas como gasto, dos bens tangíveis a que dizem respeito.

Os subsídios para outros investimentos, reconhecidos e recebidos em exercícios anteriores, respeitam a investimentos com a construção de armazém e de parque infantil, com a colocação de um envidraçado para fecho dum espaço existente com quartos de banho de apoio ao mesmo, com a instalação de um sistema energético fotovoltaico de autoconsumo de energia e com a aquisição de



viaturas. Estes subsídios estão a ser reconhecidos em resultados do exercício em face da reintegração destes ativos fixos tangíveis.

Durante o exercício de 2022, foi recebido um subsídio do NORTE 2020, no montante de 52.177,22€ e outro da Câmara Municipal de Matosinhos, no montante de 11.194,04€. O montante relativo ao NORTE 2020 foi aplicado no revestimento das paredes dos quartos de banho dos quartos dos utentes da ERPI. O subsídio recebido da Câmara foi aplicado na instalação do sistema energético fotovoltaico de autoconsumo de energia.

9 Benefícios dos empregados

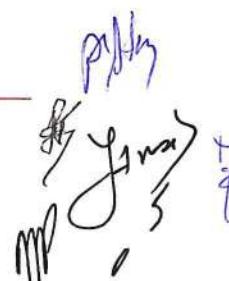
O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, foram, respetivamente de 5 na Direção e de 3 no Conselho Fiscal, em 2022 e de 4 na Direção e de 3 no Conselho Fiscal, em 2021. Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 80 e em 31/12/2021 foi de 79.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	956 706,27 €	902 856,76 €
Indemnizações	501,25 €	7 487,74 €
Encargos sobre as Remunerações	214 152,06 €	202 028,66 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	27 395,67 €	21 248,15 €
Outros Gastos com o Pessoal	54 015,99 €	46 525,19 €
Total	1 252 771,24 €	1 180 146,50 €

O aumento verificado nesta rubrica resultou da atualização legal da retribuição mínima mensal garantida em Janeiro de 2022, bem como da atualização das tabelas salariais.



10 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção em 29 de Março de 2023.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Devedores por acréscimos de rendimentos	61 898,72 €	59 778,83 €
Outros Devedores	4 243,69 €	10 355,85 €
Total	66 142,41 €	70 134,68 €

12.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	7 214,05 €	5 059,08 €
Outros gastos a reconhecer	926,46 €	3 140,31 €
Total	8 140,51 €	8 199,39 €
Rendimentos a Reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	32 360,77	
Total	32 360,77	0,00

12.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	1 253,09 €	1 179,37 €
Depósitos à ordem	55 728,93 €	41 695,24 €
Depósitos a prazo		40 000,00 €
Total	56 982,02 €	82 874,61 €

12.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados transitados	213 504,98 €		114 941,71 €	98 563,27 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 371 694,71 €	63 371,26 €	143 740,94 €	1 291 325,03 €
Total	1 585 199,69 €	63 371,26 €	258 682,65 €	1 389 888,30 €

O decréscimo verificado em “resultados transitados” respeita à aplicação do resultado líquido do exercício de 2021, conforme deliberado pela Direção.



As variações em “outras variações nos fundos patrimoniais” referem-se à imputação dos subsídios ao investimento, recebidos em anos anteriores, em conformidade com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associadas, reconhecidas no exercício (ver nota 12.10)

12.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	106 360,38 €	106 452,36 €
Total	106 360,38 €	106 452,36 €

12.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Os montantes de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas referem-se às retenções na fonte sobre juros de depósitos bancários.

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,36 €	0,36 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	17 580,83 €	14 309,57 €
Total	17 581,19 €	14 309,93 €
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	20 867,14 €	1 398,64 €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5 936,00 €	6 377,00 €
Segurança Social	22 410,83 €	23 235,23 €
Total	49 213,97 €	31 010,87 €



12.7 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outras operações		55,31 €		58,45 €
Fornecedores de Investimentos		70 827,27 €		9 818,09 €
Credores por acréscimo de gastos		158 606,21 €		149 283,51 €
Outros credores		4 614,80 €		4 232,63 €
Total	0,00 €	234 103,59 €	0,00 €	163 392,68 €

O saldo da rubrica “Credores por acréscimos de gastos” respeita, genericamente, a férias, subsídio de férias e encargos a pagar ao pessoal, referentes ao ano de 2022 e com vencimento a 01 de Janeiro de 2023.

12.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	748 890,68 €	688 983,19 €
Subsídios de outras entidades	15 556,61 €	11 241,26 €
Total	764 447,29 €	700 224,45 €

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

12.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	394 469,38 €	372 082,62 €
Serviços especializados	67 241,27 €	61 522,99 €
Materiais	16 998,43 €	30 386,39 €
Energia e fluidos	66 184,76 €	62 110,86 €
Deslocações, estadas e transportes	81,15 €	48,40 €
Serviços diversos	100 507,69 €	108 093,20 €
Encargos com utentes	5 116,05 €	5 854,21 €
Total	650 598,73 €	640 098,67 €



12.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	79 462,93 €	62 228,92 €
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Outros rendimentos e ganhos	155 515,04 €	174 984,05 €
Total	234 977,97 €	237 212,97 €

O saldo da rubrica “outros rendimentos e ganhos” inclui o montante de 143.740,94€ relativo à imputação do subsídio ao investimento, de acordo com as amortizações dos bens do ativo fixo tangível que lhe estão associados (ver nota 3.3)

12.11 Outros gastos e perdas

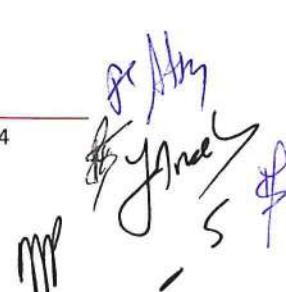
A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	331,21 €	1 693,93 €
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Outros Gastos e Perdas	24 760,68 €	16 114,43 €
Total	25 091,89 €	17 808,36 €

12.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4 108,14 €	1 169,88 €
Outros gastos e perdas de financiamento	0,55 €	34,65 €
Total	4 108,69 €	1 204,53 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	10,14 €	41,97 €
Total	10,14 €	41,97 €
Resultados Financeiros	-4 098,55 €	-1 162,56 €



PERAFITA, 29 de Março de 2023

O Contabilista Certificado

José José Gomes Soares
cc 41263

A Direção
António Augusto Ferreira da Silva
Manoel José dos Santos Braga
Fernanda
Joana Manuela Pinto

CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
BALANÇO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2022

Contribuinte: 503553573
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 REG 2022	31 REG 2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1 676 316,59	1 752 710,89
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		24 176,43	19 964,22
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1 700 493,02	1 772 675,11
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		17 581,19	14 309,93
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Gastos a reconhecer		8 140,51	8 199,39
Outros ativos correntes		66 142,41	70 134,68
Caixa e depósitos bancários		56 982,02	82 874,61
		148 846,13	175 518,61
Total do ativo		1 849 339,15	1 948 193,72
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		98 563,27	213 504,98
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 291 325,03	1 371 694,71
		1 389 888,30	1 585 199,69
Resultado líquido do período		-93 478,39	-114 941,71
Total dos fundos patrimoniais		1 296 409,91	1 470 257,98
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		84 298,84	130 642,12
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		84 298,84	130 642,12
Passivo corrente			
Fornecedores		106 360,38	106 452,36
Estado e outros entes públicos		49 213,97	31 010,87
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		46 591,69	46 437,71
Rendimentos a reconhecer		32 360,77	0,00
Outros passivos correntes		234 103,59	163 392,68
		468 630,40	347 293,62
Total do passivo		552 929,24	477 935,74
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 849 339,15	1 948 193,72

A Direcção

António Augusto Teixeira de Freitas

João Manuel Pinto Pinho

José António Coelho

Paulo M. S. Gomes

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador

O responsável

Patrício José Gomes Soares

cc 41263

CENTRO SOCIAL PAROQ. PADRE ANGELO FERREIRA PINTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2022 A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 503553573

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		1.059.541,65	1.005.040,34
Subsídios, doações e legados à exploração		764.447,29	700.224,45
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons		15.308,79	19.068,33
Fornecimentos e serviços externos		650.598,73	640.098,67
Gastos com o pessoal		1.252.771,24	1.180.146,50
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		234.977,97	237.212,97
Outros gastos e perdas		25.091,89	17.808,36
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		115.196,26	85.355,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		204.576,10	199.135,05
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-89.379,84	-113.779,15
Juros e rendimentos similares obtidos		10,14	41,97
Juros e gastos similares suportados		4.108,69	1.204,53
Resultados antes de impostos		-93.478,39	-114.941,71
		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-93.478,39	-114.941,71

*Padre Angelo Ferreira Pinto
 Presidente Dr. José Ribeiro Faria
 Firma: Manoel Prado Pinho
 Financeiro*

*Patrícia José Gomes Seixas
 cc 41263*



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2022

Índice

1. Identificação da Entidade	2
2. Síntese	2
3. Volume de negócios	3
4. Utentes	4
5. Eventos e atividades.....	5
6. Situação Contributiva	5
7. Pessoal.....	6
8. Investimentos	7
9. Financiamento	7
10. Gastos	8
11. Rendimentos	11
12. Resultados.....	13
13. Perspetivas para 2023.....	13
14. Agradecimentos.....	14

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7
4455-469 Perafita

NIF: 503553573 – Publicação em Diário da República





1. Identificação da Entidade

O “CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, registada no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 50/84 e com estatutos aprovados pela Direção-Geral da Segurança Social em 21/10/16, com sede na Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7, 4455-469 Perafita.

O Centro Padre Ângelo tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os Paroquianos num espírito de solidariedade humana, social, educacional e cristã.

Para tal, possuí as seguintes respostas sociais:

Creche, pré-escolar, centro de dia, centro de convívio e estrutura residencial para pessoas idosas (ERPI).

2. Síntese

Foi um ano marcado pelo final da pandemia e pelo início de uma guerra na Europa. Este conflito, que começou por envolver a Ucrânia e a Rússia, após a invasão militar, teve implicações nos custos de bens alimentares, mercadorias e na energia. Estes custos acabaram por se transformar numa taxa de inflação significativa, cujo resultado afetou as economias e os cidadãos. Nesse enquadramento, procuramos encontrar soluções e implementar medidas, para minimizar o efeito na nossa atividade.



3. Volume de negócios

Em 2022, o volume de negócios apresentou um aumento na ordem dos 5%.

Esta subida, justifica-se pelo funcionamento das valências de Centro de Dia e Centro de Convívio, durante o ano completo, comparativamente ao ano de 2021, ano em que o Centro de Dia reabriu no mês de Abril e o Centro de Convívio apenas no mês de Junho e por se ter verificado um ligeiro aumento na média anual de utentes, conforme referido na Nota 4.

As valências que registaram as maiores subidas, foram as do Centro de Dia e Centro de Convívio, Pré-escolar e Creche II.

A Valência da Creche I, registou a maior descida.

Detalhe:

Área	2022	2021	Variação
Infância			
Creche I	61 392,45 €	64 350,02 €	-4,60%
Creche II	37 120,50 €	35 526,15 €	4,49%
Pré-escolar	86 765,10 €	79 852,16 €	8,66%
<i>Subtotal</i>	185 278,05 €	179 728,33 €	
Sénior			
Centro de dia	65 892,96 €	33 044,79 €	99,40%
Centro de Convívio	2 311,50 €	1 010,00 €	128,86%
ERPI	806 059,14 €	791 257,22 €	1,87%
<i>Subtotal</i>	874 263,60 €	825 312,01 €	
Total	1 059 541,65 €	1 005 040,34 €	5,42%



4. Utentes

O Centro Padre Ângelo prestou serviços no apoio à infância e à 3^a idade. A média anual de utentes foi de 244, um ligeiro aumento de 4,3% comparativamente a 2021 em que a média se cifrava em 234. Para estes 244 utentes, existem acordos com a Segurança social para 218, repartidos como segue:

Área	Frequência média	Acordo	Capacidade
Infância			
Creche I	35	35	41
Creche II	24	28	35
Pré-escolar	75	75	75
<i>Subtotal</i>	134	138	151
Sénior			
Centro de dia	29	30	60
Centro de Convívio	19	20	20
ERPI	62	30	68
<i>Subtotal</i>	110	80	148
Total	244	218	299



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

5. Eventos e atividades

Com o final da Pandemia de COVID-19, no decorrer do ano de 2022, cada uma das áreas (infância e sénior) retomou, organizou e cumpriu com o vasto calendário de atividades a que se propôs.

Entre muitas atividades, destacam-se as seguintes:

Infância	Sénior
Comemoração do início do Outono	Comemoração do início do Outono
Dia mundial da música	Comemoração do S. Martinho
Dia mundial do animal	Festa de Natal
Dia mundial da alimentação	Dia de Reis
Dia mundial da 3ª idade	Dia do obrigado
Comemoração do S. Martinho	Aniversário Centro Padre Ângelo
Festa de Natal	Dia da magia
Dia de Reis	Dia de S. Valentim
Aniversário Centro Padre Ângelo	Dia da mulher
Carnaval	Dia do pai
Dia do pai	Comemoração da primavera
Dia mundial da árvore	Dia mundial da árvore, poesia e marioneta
Páscoa	Dia mundial do teatro
Dia da terra	Dia mundial da atividade física
Dia do livro	Dia mundial da voz
Dia da mãe	Dia mundial da dança
Dia da família	Dia da mãe
Dia mundial da criança	Dia da família
Dia dos avós	Dia Sr Matosinhos

6. Situação contributiva

O Centro Padre Ângelo tem a sua situação contributiva regularizada, quer perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, quer perante a Autoridade Tributária.



7. Pessoal

O Centro Padre Ângelo teve em média, durante o ano, 80 funcionários pertencentes ao quadro de pessoal.

Para além desses, estiveram vinte e duas pessoas integradas em programas subsidiados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Deste total, onze pessoas estiveram ao abrigo da medida Contrato Emprego Inserção (CEI), uma ao abrigo da medida Contrato Emprego Apoiado em Mercado Aberto (EAEE), uma ao abrigo da medida ATIVAR e nove ao abrigo da medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde (MARESS), criada no âmbito do combate à pandemia do Coronavírus COVID-19).

A bolsa ocupacional da medida CEI é comparticipada pelo IEFP em 50%. O subsídio de transporte, a alimentação e o seguro são encargo da Instituição.

A medida EAEE, a comparticipação do IEFP é de 50% sobre o vencimento e respetivos encargos.

A ATIVAR, é comparticipada em 12 vezes sobre o montante do IAS.

Relativamente à medida MARESS, a comparticipação do IEFP é de 90% sobre o vencimento e a totalidade do encargo com a despesa de transporte até ao limite de 10% do IAS.

Além dos 80 colaboradores, o Centro Padre Ângelo recorre a subcontratação de vários serviços externos, nomeadamente:

Alimentação;
Limpeza;
Lavandaria;
Medicina;
Enfermagem;
Fisioterapia;
Podologia;
Nutrição;
Advocacia;
Consultoria financeira,
Atividades de educação desportiva e recreativa.

Estes serviços, representam indiretamente cerca de 22 postos de trabalho.



8. Investimentos

Durante o ano de 2022, o montante de investimentos feito foi de, 128.181,80€.

Rubrica	Montante
Edifícios e Outras Construções	120 312,74 €
Equipamento básico	7 869,06 €
Total	128 181,80 €

Edifícios e outras construções

Foram revestidas as portas das casas de banho dos quartos dos utentes da ERPI, foi montando um sistema de controlo de intrusão, nas valências de Centro de Dia e da infância e deu-se início à instalação de um novo parque infantil para as valências da Creche e Pré-escolar.

Para o revestimento das portas das casas de banho dos quartos dos utentes, a Instituição tinha feito uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte – Norte 2020.

Num total de 149.928,14€ de investimento elegível proposto para a candidatura, foi aprovada a verba de 63.432,91€ em 2021 e de 64.006,01€, em 2022.

Em 11/03/2023 a Instituição solicitou a reprogramação da candidatura para o valor de investimento elegível de 163.911,47€, encontrando-se a aguardar a sua aprovação.

Equipamento básico

Foram apetrechados alguns quartos de utentes da ERPI, com mobiliário, grades nas camas e estrados articulados.

9. Financiamento

Em 2013, através de uma linha de crédito de apoio à economia social, foi contraído um empréstimo no montante de 500.000,00€. Este montante teve como finalidade complementar os apoios recebidos do Instituto da Segurança Social e do Município de Matosinhos destinados à construção e apetrechamento do edifício destinado à nova valência ERPI.

Em maio de 2016, começaram a ser feitas amortizações a este financiamento que totalizaram à data do encerramento do exercício de 2022 o montante de 369.109,47€.



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

Deste valor total, 90.000,00€ foram liquidados no ano de 2016, a título extraordinário dada a disponibilidade financeira existente.

No contexto da pandemia COVID-19, em 31 de março de 2020, a Instituição aderiu à moratória Pública prevista e regulada pelo Decreto-Lei nº 10-J/2020. Em Outubro de 2021, com o fim da referida moratória a Instituição retomou o pagamento e cumpriu com o plano financeiro de empréstimo contratualizado com a instituição bancária.

10. Gastos

As rubricas de gastos suportados pelo Centro Padre Ângelo ascenderam a cerca de 2.152.455€ representando um aumento de 4,6% face a 2021.

Gastos 2022

Juros e gastos similares suportados	4 108,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	204 576,10
Outros Gastos e perdas	25 091,89
Gastos c/pessoal	1 252 771,24
FSE	650 598,73
CMVMC	15 308,79

No que respeita à análise comparativa das rubricas de gastos com o período homólogo do exercício anterior, importa referir que à exceção da rubrica de CMVMC que registou uma diminuição de 19,7%, todas as outras rubricas registaram um aumento.

A rubrica de juros e gastos similares, apresentou uma variação de 241,1%. Esta variação justifica-se pelo facto de (conforme referido no ponto anterior) a Instituição ter aderido à moratória e só ter retomado as amortizações do financiamento, no ano de 2021, no mês de Outubro.



Devido à Pandemia de COVID-19 em 2021 e à semelhança da rubrica de juros e gastos similares, também a rubrica de outros gastos e perdas, não é comparável com o período homólogo, tendo apresentado uma variação negativa, de 40,9%.

Na rubrica de gastos com pessoal, a variação de 6,1% face ao ano anterior resultou da atualização legal da retribuição mínima mensal garantida em Janeiro de 2022, bem como, da atualização das tabelas salariais.

A rubrica dos fornecimentos e serviços externos, apresentou uma variação de 1,6% decorrente da subida generalizada dos serviços e produtos.

Gastos 2021

Juros e gastos similares suportados	1 204,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	199 135,05
Outros Gastos e perdas	17 808,36
Gastos c/pessoal	1 180 146,50
FSE	640 098,67
CMVMC	19 068,33



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

À data de 31 dezembro de 2022, a estrutura de pessoal, decompunha-se da seguinte forma:

Categoría	Quantidade
Ajudante de Ação Direta	35
Ajudante de Ação Educativa	13
Ajudante de cozinha	2
Animadora Sócio-Cultural	1
Contabilista Certificado	1
Cozinheiro	3
Diretora Técnica área Infância	2
Diretora Técnica área Séniors	2
Educador de infância	5
Escriturário	3
Gestor de Informática e Comunicação	1
Psicólogo	2
Responsável Serv. Logística	1
Trab. Serviços Gerais	6
Total	77

No que respeita às categorias de Ajudante de Ação Direta e de Educador de infância, estão incluídos respetivamente, 3 e 1 colaboradores que se encontram em regime de substituição direta de outros trabalhadores ausentes por motivo de baixa prolongada por doença.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

Praceta Padre Ângelo Ferreira Pinto, nº 7
4455-469 Perafita

NIF: 503553573 – Publicação em Diário da República

10 *Bento*
Paulo *José*
Maria *Silva*



No encerramento do exercício, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava os saldos e pesos percentuais, abaixo descritos:

Conta	Valor	%
Subcontratos	394 469,38 €	60,63%
Serviços especializados	67 241,27 €	10,34%
Materiais	16 998,43 €	2,61%
Energia e Fluídos	66 184,76 €	10,17%
Deslocações, estadas e transportes	81,15 €	0,01%
Serviços diversos	100 507,69 €	15,45%
Encargos com utentes	5 116,05 €	0,79%
Total	650 598,73 €	100,00%

À semelhança do exercício anterior, as rubricas de subcontratos, serviços diversos, serviços especializados e energia e fluídos, continuam a representar os maiores pesos percentuais, no total da rubrica de FSE.

A rubrica de subcontratos, engloba os serviços de alimentação, limpeza, lavandaria, medicina/enfermagem e manutenção.

O peso de 10,17% da rubrica de energia e fluídos, prende-se não só com o próprio consumo, mas também, com a subida do preço do gás e da energia.

11. Rendimentos

Da análise aos rendimentos de 2022, verifica-se que a rubrica com a variação mais significativa, positiva, foi a de subsídios, doações e legados à exploração, com 9%.

Os subsídios das Entidades públicas, apresentam uma variação positiva de 6,9%, enquanto que os de Entidades privadas, mostram uma variação também positiva, de 85,8%.

Os subsídios das Entidades Públicas, referem-se basicamente à atualização das comparticipações pagas por parte do Instituto da Segurança Social, já os subsídios de Entidades privadas dizem respeito a benfeiteiros e a donativos de outras entidades.



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
PADRE ÂNGELO FERREIRA PINTO

A rubrica de vendas e serviços prestados, também apresentou uma variação positiva de 5,4%.

Contribuiu para esta variação e conforme referido no ponto 3, deste Relatório, o funcionamento em pleno das valências do Centro de Dia e de Centro de Convívio.

A rubrica de juros de rendimentos similares obtidos, apesar de ter apresentado uma variação negativa de 75,8%, o seu valor é muito reduzido.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, apresentou uma variação negativa, inexpressiva de, 0,9%.

Rendimentos 2022

Juros e rendimentos similares obtidos 10,14

Outros rendimentos e ganhos 234 977,97

Subsídios, doações e legados à exploração 764 447,29

Vendas e serviços prestados 1 059 541,65



Rendimentos 2021

Juros e rendimentos similares obtidos	41,97
Outros rendimentos e ganhos	237 212,97
Subsídios, doações e legados à exploração	700 224,45
Vendas e serviços prestados	1 005 040,34

12. Resultados

O resultado líquido do ano de 2022 foi negativo no montante de 93.478,39€ (Noventa e três mil quatrocentos setenta e oito mil e trinta e nove cêntimos), que propomos a sua transferência para resultados transitados.

13. Perspetivas para 2023

A Direção está a acompanhar com preocupação, todos os desenvolvimentos relacionados com o conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

Esta invasão, fez escalar os preços dos combustíveis, do fornecimento de produtos e materiais, e de todos os serviços que lhes estão associados.

A inflação resultante desta guerra tem um impacto severo na vida das famílias resultando na perda de rendimento real das mesmas.

Prosseguindo a nossa missão “estar consigo ao longo de toda a vida”, pretendemos continuar a apoiar os nossos utentes e as respetivas famílias.



Ao longo do ano, deverão ser concretizados os seguintes investimentos:

- Conclusão da obra de instalação de um novo parque infantil para as valências da Creche e do Pré-escolar
- Instalação de sistema de renovação de ar do edifício da Creche
- Aquisição de maca de banho para a ERPI
- Aquisição de máquina de lavar roupa
- Aquisição de máquina de lavar louça

14. Agradecimentos

Aos nossos Utentes e seus familiares/Representantes, o nosso agradecimento pela confiança depositada e o compromisso contínuo de dedicação à causa social.

À Autarquia, pelos apoios concedidos.

Ao Conselho Fiscal, pelos conselhos valiosos e por toda a colaboração durante o ano.

Aos nossos Fornecedores e outros Parceiros, pela confiança demonstrada ao longo do ano.

Aos nossos Colaboradores, deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade do Centro Padre Ângelo.

Perafita, 29 de Março de 2023



A DIREÇÃO

Presidente – Sr. Padre António Augusto Teixeira de Sousa

António Augusto Teixeira de Sousa

Vice-Presidente – Sr. Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

Manuel Jorge Dias Pinto Ferreira

Secretário – Jorge Manuel do Prado Pereira

Jorge Manuel do Prado Pereira

Tesoureiro – Dr. José Anselmo Rodrigues da Costa

José Anselmo Rodrigues da Costa

Vogal – Dr. José Luís Cortês da Cunha Leão

José Luís Cortês da Cunha Leão